

# Anexo Metodológico



A

T

RACIAIS

A

S

U F M G



Cedeplar



PN  
UD

Brasil

2004

## **INTRODUÇÃO**

O debate teórico a respeito das questões raciais no Brasil e as discussões sobre o termo mais apropriado e que melhor define esse atributo da população brasileira estão fora do escopo desse relatório. Como os termos raça e cor fazem parte da formulação da pergunta utilizada pelo IBGE, fonte da maioria dos microdados que deram origem aos indicadores, optou-se por utilizar o termo raça/cor. Os indicadores foram construídos para brancos e negros, categoria criada a partir do agrupamento daqueles que se auto-declararam pretos e pardos. Quanto às demais categorias de raça/cor, devido à pequena representatividade em termos da população total do Brasil e à enorme concentração espacial, não foram construídos indicadores para os amarelos e os indígenas.

O anexo metodológico está dividido em três partes. A primeira apresenta uma descrição de cada um dos indicadores, suas fontes de dados e níveis de desagregação. A segunda parte trata das fontes de dados e de considerações metodológicas gerais. A terceira parte apresenta os limites de cada base de dados, as lacunas encontradas ao longo do estudo, as quais, se sanadas, certamente contribuirão para o melhor entendimento das desigualdades raciais no Brasil, e algumas recomendações.

**INDICADORES****1. DEMOGRAFIA**

Todos os indicadores deste bloco foram calculados sem que fossem excluídos os amarelos e indígenas. Portanto, para os indicadores do bloco de Demografia, o total refere-se ao total da população, e não apenas à soma de brancos e negros.

<b>INDICADOR</b>	<b>Taxa de Fecundidade Total (TFT)</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Número médio de filhos que uma mulher teria ao final do seu período reprodutivo, se experimentasse as taxas específicas de fecundidade e de mortalidade observadas, em um determinado ano, pelas mulheres das diferentes idades.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Técnica de Brass, a partir das informações referentes aos filhos nascidos vivos nos 12 meses anteriores e ao total de filhos nascidos vivos até a data da entrevista.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 1992 a 2000: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Ao desagregar por raça/cor, os dados das PNAD não garantem a representatividade. As estimativas anuais entre 1991 e 2000, foram obtidas através de interpolação das taxas específicas de fecundidade de 1991 e 2000.

<b>INDICADOR</b>	<b>Idade média da fecundidade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Idade média em que as mulheres estão tendo filhos, segundo a raça/cor da mãe.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Média das idades médias das mulheres nos grupos etários, sendo essa ponderada pelo peso de cada taxa específica de fecundidade no total dessas taxas.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 1992 a 2000: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Não é possível utilizar os dados das PNADs (para maiores detalhes, vide Taxa de Fecundidade Total, acima).

<b>INDICADOR</b>	<b>Fecundidade na adolescência</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Participação relativa da fecundidade das mulheres entre 15 e 19 anos na fecundidade total, segundo a raça/cor
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Técnica de Brass, a partir das informações referentes aos filhos nascidos vivos nos 12 meses anteriores e ao total de filhos nascidos vivos até a data da entrevista.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 1992 a 2000: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Não é possível utilizar os dados das PNADs (para maiores detalhes, vide Taxa de Fecundidade Total, acima). Cálculos para mulheres abaixo de 15 anos não são confiáveis porque o número de eventos é pequeno e os dados provêm do questionário da amostra do censo.

<b>INDICADOR</b>	<b>Esperança de vida ao nascer</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Número médio de anos que um indivíduo espera viver a partir do nascimento, respeitados a estrutura e os níveis da mortalidade por idade observados naquela população, no ano em questão, segundo sexo, raça/cor e grupo etário.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	a) técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass, a partir dos filhos nascidos vivos e dos filhos sobreviventes até a data da pesquisa e b) técnica de transformação logital, a partir de tabelas de vida padrão e das estimativas produzidas pela técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 1992 a 2000: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos (somente para esperança de vida ao nascer, total, brancos e negros)
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As tabelas de vida padrão adotadas foram aquelas referentes ao Brasil e Unidades da Federação, geradas pelo projeto PRONEX/UFMG – Cedeplar, para os anos de 1990 e 2000. Para 1980 foram utilizadas as Tábuas Modelo Brasil, do IBGE. Não foram usados os dados das PNADs, por não garantirem representatividade, ao serem desagregados por raça/cor.

<b>INDICADOR</b>	<b>Esperança de vida aos 20 anos de idade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Número médio de anos que um indivíduo espera viver a partir dos 20 anos de idade, respeitados a estrutura e os níveis da mortalidade por idade observados naquela população, no ano em questão, segundo sexo, raça/cor e grupo etário.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	a) técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass, a partir dos filhos nascidos vivos e dos filhos sobreviventes até a data da pesquisa e b) técnica de transformação logital, a partir de tabelas de vida padrão e das estimativas produzidas pela técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 1992 a 2000: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos (somente para esperança de vida ao nascer, total, brancos e negros)
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As tabelas de vida padrão adotadas foram aquelas referentes ao Brasil e Unidades da Federação, geradas pelo projeto PRONEX/UFMG – Cedeplar, para os anos de 1990 e 2000. Para 1980 foram utilizadas as Tábuas Modelo Brasil, do IBGE. Não foram usados os dados das PNADs, por não garantirem representatividade, ao serem desagregados por raça/cor.

<b>INDICADOR</b>	<b>Esperança de vida aos 40 anos de idade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Número médio de anos que um indivíduo espera viver a partir dos 40 anos de idade, respeitados a estrutura e os níveis da mortalidade por idade observados naquela população, no ano em questão, segundo sexo, raça/cor e grupo etário.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	a) técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass, a partir dos filhos nascidos vivos e dos filhos sobreviventes até a data da pesquisa e b) técnica de transformação logital, a partir de tabelas de vida padrão e das estimativas produzidas pela técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 1992 a 2000: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos (somente para esperança de vida ao nascer, total, brancos e negros)
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As tabelas de vida padrão adotadas foram aquelas referentes ao Brasil e Unidades da Federação, geradas pelo projeto PRONEX/UFMG – Cedeplar, para os anos de 1990 e 2000. Para 1980 foram utilizadas as Tábuas Modelo Brasil, do IBGE. Não foram usados os dados das PNADs, por não garantirem representatividade, ao serem desagregados por raça/cor.

<b>INDICADOR</b>	<b>Esperança de vida aos 60 anos de idade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Número médio de anos que um indivíduo espera viver a partir de 60 anos de idade, respeitados a estrutura e os níveis da mortalidade por idade observados naquela população, no ano em questão, segundo sexo, raça/cor e grupo etário.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	a) técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass, a partir dos filhos nascidos vivos e dos filhos sobreviventes até a data da pesquisa e b) técnica de transformação logital, a partir de tabelas de vida padrão e das estimativas produzidas pela técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 1992 a 2000: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos (somente para esperança de vida ao nascer, total, brancos e negros)
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As tabelas de vida padrão adotadas foram aquelas referentes ao Brasil e Unidades da Federação, geradas pelo projeto PRONEX/UFGM – Cedeplar, para os anos de 1990 e 2000. Para 1980 foram utilizadas as Tábuas Modelo Brasil, do IBGE. Não foram usados os dados das PNADs, por não garantirem representatividade, ao serem desagregados por raça/cor.

<b>INDICADOR</b>	<b>Esperança de vida aos 65 anos de idade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Número médio de anos que um indivíduo espera viver a partir de 65 anos de idade, respeitados a estrutura e os níveis da mortalidade por idade observados naquela população, no ano em questão, segundo sexo, raça/cor e grupo etário.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	a) técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass, a partir dos filhos nascidos vivos e dos filhos sobreviventes até a data da pesquisa e b) técnica de transformação logital, a partir de tabelas de vida padrão e das estimativas produzidas pela técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 1992 a 2000: elaboração própria a partir dos Censos Demográficos (somente para esperança de vida ao nascer, total, brancos e negros)
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As tabelas de vida padrão adotadas foram aquelas referentes ao Brasil e Unidades da Federação, geradas pelo projeto PRONEX/UFGM – Cedeplar, para os anos de 1990 e 2000. Para 1980 foram utilizadas as Tábuas Modelo Brasil, do IBGE. Não foram usados os dados das PNADs, por não garantirem representatividade, ao serem desagregados por raça/cor.

<b>INDICADOR</b>	<b>Taxa de Mortalidade Infantil</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Risco (probabilidade) que um nascido vivo tem de morrer <i>antes de completar 1 ano</i> de vida, segundo a raça/cor da mãe.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	a) técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass, a partir dos filhos nascidos vivos e dos filhos sobreviventes até a data da pesquisa e b) técnica de transformação logital, a partir de tabelas de vida padrão e das estimativas produzidas pela técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As tabelas de vida padrão adotadas foram aquelas referentes ao Brasil e Unidades da Federação, geradas pelo projeto PRONEX/UFMG – Cedeplar, para os anos de 1990 e 2000. Para 1980 foram utilizadas as Tábuas Modelo Brasil, do IBGE. Não foram usados os dados das PNADs, por não garantirem representatividade, ao serem desagregados por raça/cor.

<b>INDICADOR</b>	<b>Taxa de Mortalidade na Infância</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Risco (probabilidade) que um nascido vivo tem de morrer <i>antes de completar 5 anos</i> de vida, segundo a raça/cor da mãe.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	a) técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass, a partir dos filhos nascidos vivos e dos filhos sobreviventes até a data da pesquisa e b) técnica de transformação logital, a partir de tabelas de vida padrão e das estimativas produzidas pela técnica de mortalidade infanto-juvenil de Brass
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As tabelas de vida padrão adotadas foram aquelas referentes ao Brasil e Unidades da Federação, geradas pelo projeto PRONEX/UFMG – Cedeplar, para os anos de 1990 e 2000. Para 1980 foram utilizadas as Tábuas Modelo Brasil, do IBGE. Não foram usados os dados das PNADs, por não garantirem representatividade, ao serem desagregados por raça/cor.

## 2. CONDIÇÕES DE SAÚDE E ACESSO A SERVIÇOS

Todos os indicadores deste bloco, à exceção do último, foram construídos com base no suplemento de saúde da PNAD 1998 e têm apenas um ponto no tempo. O suplemento da PNAD 2003 também trata de saúde, mas seus microdados não estavam disponíveis no momento da elaboração do *Atlas Racial Brasileiro*. Diferentemente do bloco anterior, os amarelos e indígenas foram excluídos do cálculo de todos os indicadores deste bloco, de forma que o total refere-se à soma de brancos e negros.

<b>INDICADOR</b>	<b>Percentual de pessoas adultas que se considera saudável</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Percentual da população de 15 a 65 anos que considera o próprio estado de saúde como muito bom ou bom, por sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de pessoas de 15 a 65 anos, de determinado sexo e raça/cor, residente no local x, que consideram o seu próprio estado de saúde como muito bom ou bom, dividido pelo total de pessoas de 15 a 65 anos, do mesmo sexo e raça/cor
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 1998 (suplemento)
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	O universo de análise restringe-se às pessoas que foram os informantes, ou seja, que responderam sobre a própria saúde .

<b>INDICADOR</b>	<b>Percentual de pessoas adultas que tem boas condições de saúde</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Percentual da população de 15 a 65 anos não apresenta nenhuma das doenças crônicas pesquisadas e nenhuma limitação funcional, por sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de pessoas de 15 a 65 anos, de determinado sexo e raça/cor, que não apresentam nenhuma das doenças crônicas pesquisadas e nenhuma limitação funcional, dividido pelo total de pessoas de 15 a 65 anos, do mesmo sexo e raça/cor
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 1998 (suplemento)
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Doenças crônicas: doença de coluna ou costas, artrite ou reumatismo, câncer, diabetes, bronquite ou asma, hipertensão arterial, doença do coração, insuficiência renal crônica, depressão, tuberculose, tendinite ou tendossinovite, cirrose.  Limitação funcional: Não consegue ou tem grande dificuldade de realizar pelo menos uma das seguintes atividades: alimentar-se, tomar banho, ir ao banheiro; correr, levantar objetos pesados, praticar esportes ou realizar trabalhos pesados; empurrar mesas ou realizar consertos domésticos; subir ladeira ou escada; abaixar-se, ajoelhar-se ou curvar-se; andar mais que 1 km; andar cerca de 100 metros.

<b>INDICADOR</b>	<b>Percentual de pessoas que apresentou problemas de saúde no período recente</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Percentual da população que, nas últimas 2 semanas, deixou de realizar quaisquer de suas atividades habituais por motivo de saúde, por sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de pessoas de determinado sexo e raça/cor, que nas últimas 2 semanas deixaram de realizar alguma de suas atividades habituais por motivo de saúde, dividido pelo total de pessoas, do mesmo sexo e raça/cor
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 1998 (suplemento)
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Atividade habitual: trabalhar, ir à escola, brincar, etc.

<b>INDICADOR</b>	<b>Restrição de atividades habituais</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Número médio de dias em que a pessoa deixou de exercer as atividades habituais (trabalhar, ir à escola, brincar, etc.) por motivos de saúde, por sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Média aritmética do número declarado de dias de restrição das atividades, nos últimos 15 dias, anualizado
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 1998 (suplemento)
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Para pessoas que declararam não ter deixado de exercer atividades habituais, o número de dias foi considerado zero.

<b>INDICADOR</b>	<b>Taxa de atendimento médico</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Percentual de pessoas que conseguiu atendimento médico nas últimas duas semanas, por sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de pessoas de determinado sexo e raça/cor, que procurou e conseguiu atendimento médico nas últimas duas semanas, dividido pelo total de pessoas que procuraram atendimento médico ou pessoas que não procuraram por alguma dificuldade relacionada ao acesso aos serviços de saúde.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 1998 (suplemento)
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Atendimento médico = procura de atendimento por motivo de exames de rotina ou prevenção, acidente ou lesão, tratamento ou reabilitação, pré-natal, parto, doença.  Dificuldade de acesso aos serviços de saúde: não procurar serviço de saúde por algum dos seguintes motivos: não tinha dinheiro, o local de atendimento era distante ou de difícil acesso, dificuldade de transporte, horário incompatível, o atendimento é muito demorado, o estabelecimento não possuía especialista compatível com suas necessidades, achou que não tinha direito, não tinha quem o(a) acompanhasse.

<b>INDICADOR</b>	<b>Taxa de internação hospitalar</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Percentual de pessoas que estiveram internadas nos últimos 12 meses, por sexo e raça/cor
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de pessoas de determinado sexo e raça/cor, que estiveram internadas nos últimos 12 meses dividido pelo número de pessoas do mesmo sexo e raça/cor, que receberam pelo menos 1 consulta médica no ano
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 1998 (suplemento)
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	

<b>INDICADOR</b>	<b>Taxa de posse de plano de saúde</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Percentual de pessoas que tem direito a algum plano de saúde, por sexo e raça/cor
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de pessoas de determinado sexo e raça/cor, que declarou ter direito a algum plano de saúde dividido pelo total de pessoas do mesmo sexo e raça/cor
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 1998 (suplemento)
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Considerado ter direito como titular ou dependente

<b>INDICADOR</b>	<b>Número de consultas médicas per capita</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Número médio de consultas médicas, nos últimos 12 meses, por sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Média aritmética do número de consultas médicas por pessoa, nos últimos 12 meses
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 1998 (suplemento)
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Para pessoas que declararam não ter consultado médico nos últimos 12 meses, o número foi considerado zero.

<b>INDICADOR</b>	<b>Acesso a dentista</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Percentual de pessoas que nunca foi ao dentista, por sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de pessoas de determinado sexo e raça/cor, que declarou nunca ter ido ao dentista dividido pelo total de pessoas do mesmo sexo e raça/cor, que responderam a questão
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 1998 (suplemento)
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	

<b>INDICADOR</b>	<b>Acesso a consultas ginecológicas e exames preventivos de câncer de mama e cervical</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Porcentagem de mulheres de 15 a 49 anos que fizeram consultas ginecológicas (exclusive pré-natal) e exames preventivos de câncer de mama e cervical nos 12 meses anteriores à pesquisa, segundo a raça/cor
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de mulheres de 15 a 49 anos que fizeram consultas ginecológicas e exames preventivos de câncer de mama e cervical nos 12 meses anteriores à pesquisa, segundo a raça/cor, dividido pelo total de mulheres de 15 a 49 anos, segundo a raça/cor
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Nordeste (1991) Brasil e regiões selecionadas (1996)
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Pesquisa sobre Saúde Familiar Nordeste Brasil (PSFNe): 1991 Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS): 1996
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Mulheres de 15 a 49 anos. 1991: alter-declaração de cor (classificação da entrevistadora) 1996: auto-declaração de cor (classificação da entrevistada) Para 1996, as regiões Norte e Centro-Oeste foram agrupadas, devido ao pequeno número de casos. Pela mesma razão, não foi possível calcular o indicador para as UFs sobreamostradas ou para as quais há representatividade. Não foi possível calcular este indicador por idade, devido ao pequeno número de casos. Consulta ginecológica nos 12 meses anteriores à pesquisa não inclui consultas de pré-natal Exame de mama: preventivo de câncer de mama Esfregaço: preventivo de câncer cervical Para maiores informações sobre a PSFNe (1991) e a PNDS (1996), vide bloco 3, Saúde Reprodutiva, a seguir.

### 3. SAÚDE REPRODUTIVA

Os indicadores que fazem parte deste bloco foram gerados a partir dados da Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste Brasil (PSFNe) e da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS).

A PSFNe, realizada em 1991, teve como objetivo “coletar dados atualizados sobre fecundidade, conhecimento, atitudes e práticas de planejamento familiar, assim como saúde materno-infantil na Região Nordeste do Brasil” (BEMFAM, 1992, p.xvii). Foram coletadas informações sobre 6.222 mulheres de 15 a 49 anos, 1.266 maridos e 3.392 crianças com menos de 5 anos.

A PNDS foi a campo em 1996, “com o objetivo de levantar informações atualizadas sobre os níveis de fecundidade, mortalidade infantil e materna, anticoncepção, saúde da mulher e da criança, conhecimento e atitudes relacionadas às DST/AIDS. Trata-se de uma pesquisa domiciliar, cuja amostra, uma subamostra da PNAD 95 do IBGE, probabilística em dois estágios, foi desenhada para obter resultados representativos e estimativas independentes para as sete regiões da PNAD – Rio de Janeiro, São Paulo, Sul, Centro-Leste, Nordeste, Norte (áreas urbanas) e Centro-Oeste --, e para as áreas de residência urbanas e rurais. (...) Ao final da pesquisa, coletaram-se informações para 13.283 domicílios, tendo sido entrevistadas 12.612 mulheres de 15 a 49 anos. Uma subamostra para homens, correspondente à 25% dos domicílios, permitiu entrevistar 2.949 homens com idade de 15 a 59 anos. A pesquisa levantou ainda informações sobre 4.782 crianças menores de 5 anos, filhos de mulheres entrevistadas” (BEMFAM, 1997, p.xxix).

As amarelas e indígenas foram excluídas do cálculo de todos os indicadores deste bloco, de forma que o total refere-se à soma de brancas e negras.

<b>INDICADOR</b>	<b>Uso de contracepção</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	<i>Mix</i> contraceptivo, ou a percentagem de mulheres de 15 a 49 anos que usa métodos contraceptivos, por tipo de método, segundo a raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de mulheres de 15 a 49 anos que usa métodos contraceptivos, por tipo de método, dividido pelo total de mulheres *100, segundo a raça/cor , para total e mulheres em união.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Nordeste (1991) Brasil e regiões seleccionadas (1996)
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Pesquisa sobre Saúde Familiar Nordeste Brasil (PSFNe): 1991 Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS): 1996
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Mulheres de 15 a 49 anos 1991: alter-declaração de cor (classificação da entrevistadora) 1996: auto-declaração de cor (classificação da entrevistada) Para 1996, as regiões Norte e Centro-Oeste foram agrupadas, devido ao pequeno número de casos. Pela mesma razão, não foi possível calcular o indicador para as UFs sobreamostradas ou para as quais há representatividade. Não foi possível calcular este indicador por idade, devido ao pequeno número de casos. Outros métodos modernos = DIU, injeções, diafragma/espermicida Métodos tradicionais e outros = abstinência, coito interrompido, outros

<b>INDICADOR</b>	<b>Acesso à contracepção</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Fontes de obtenção de métodos contraceptivos, ou a percentagem de mulheres de 15 a 49 anos que tem acesso a métodos contraceptivos, por tipo de fonte, segundo a raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de mulheres de 15 a 49 anos que tem acesso a métodos contraceptivos, dividido pelo total de mulheres *100, segundo a raça/cor.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Nordeste (1991) Brasil e regiões selecionadas (1996)
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Pesquisa sobre Saúde Familiar Nordeste Brasil (PSFNe): 1991 Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS): 1996
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Mulheres de 15 a 49 anos 1991: alter-declaração de cor (classificação da entrevistadora) 1996: auto-declaração de cor (classificação da entrevistada) Para 1996, as regiões Norte e Centro-Oeste foram agrupadas, devido ao pequeno número de casos. Pela mesma razão, não foi possível calcular o indicador para as UFs sobreamostradas ou para as quais há representatividade. Não foi possível calcular este indicador por idade, devido ao pequeno número de casos.

<b>INDICADOR</b>	<b>Tipo de parto atendido</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Porcentagem de partos vaginais e cesáreos entre mulheres de 15 a 49 anos, nos 5 anos anteriores à pesquisa.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de partos vaginais e cesáreos entre mulheres de 15 a 49 anos, nos 5 anos anteriores à pesquisa, dividido pelo número total de partos no mesmo período, * 100, segundo a raça/cor da mulher.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Nordeste (1991) Brasil e regiões selecionadas (1996)
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Pesquisa sobre Saúde Familiar Nordeste Brasil (PSFNe): 1991 Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS): 1996
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Mulheres de 15 a 49 anos 1991: alter-declaração de cor (classificação da entrevistadora) 1996: auto-declaração de cor (classificação da entrevistada) Para 1996, as regiões Norte e Centro-Oeste foram agrupadas, devido ao pequeno número de casos. Pela mesma razão, não foi possível calcular o indicador para as UFs sobreamostradas ou para as quais há representatividade. Não foi possível calcular este indicador por idade, devido ao pequeno número de casos.

<b>INDICADOR</b>	<b>Conhecimento de aids</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de mulheres de 15 a 49 anos que ouviram falar de aids, segundo a raça/cor da mulher
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de mulheres de 15 a 49 anos que ouviram falar de aids, segundo a raça/cor, dividido pelo número de mulheres * 100
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil e regiões selecionadas (1996)
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS): 1996
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Mulheres de 15 a 49 anos 1996: auto-declaração de cor (classificação da entrevistada) As regiões Norte e Centro-Oeste foram agrupadas, devido ao pequeno número de casos. Pela mesma razão, não foi possível calcular o indicador para as UFs sobreamostradas ou para as quais há representatividade. Não foi possível calcular este indicador por idade, devido ao pequeno número de casos. Como não foi possível compatibilizar as respostas para 1991 e 1996, optou-se por apresentar apenas os resultados mais recentes.

<b>INDICADOR</b>	<b>Percepção de vulnerabilidade ao HIV/aids</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de mulheres de 15 a 49 anos por auto-percepção do risco de contrair HIV/aids, segundo a raça/cor da mulher
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de mulheres em cada categoria de auto-percepção de risco de contrair HIV/aids, segundo a raça/cor, dividido pelo número de mulheres * 100
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil e regiões selecionadas (1996)
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS): 1996
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	<p>Mulheres de 15 a 49 anos</p> <p>1996: auto-declaração de cor (classificação da entrevistada)</p> <p>As regiões Norte e Centro-Oeste foram agrupadas, devido ao pequeno número de casos. Pela mesma razão, não foi possível calcular o indicador para as UFs sobreamostradas ou para as quais há representatividade.</p> <p>Não foi possível calcular este indicador por idade, devido ao pequeno número de casos.</p> <p>Categorias de risco: nenhum risco, risco pequeno, risco moderado, risco grande, não sabe.</p> <p>1991: a variável necessária para o cálculo do indicador não existe.</p>

#### **4. FAMÍLIA E DOMICÍLIO**

Os amarelos e indígenas foram excluídos do cálculo de todos os indicadores deste bloco, de forma que o total refere-se à soma de brancos e negros.

INDICADOR	Nupcialidade
DEFINIÇÃO	Proporção de pessoas por estado conjugal, segundo o grupo etário, sexo e raça/cor
FORMA DE CÁLCULO	Número de pessoas em cada estado conjugal, por grupo etário, segundo sexo e raça/cor, dividido pelo total de pessoas, por grupo etário, segundo sexo e raça/cor, *100
NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS	Brasil Grandes Regiões UF
FONTES DE DADOS E PERÍODOS	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1992, 1993 e 1995
COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS	<p><u>Censo 1980</u>: Há uma única pergunta sobre estado conjugal, respondida por pessoas de 10 anos e mais. Foram considerados <i>solteiros</i> aqueles que se declararam solteiros. Os <i>casados</i> são aqueles que declararam ter casamento civil e religioso, só civil ou só religioso. Os separados, desquitados e divorciados foram unidos na categoria <i>separados</i>. Os <i>viúvos</i> foram aqueles que se declararam desta forma. Os indivíduos classificados na categoria <i>sem declaração</i> foram mantidos enquanto tais. Não existe a categoria <i>união consensual</i>. Com isso, não há comparabilidade entre as categorias <i>solteiro</i> e <i>nunca unidos</i> ao longo do tempo. Por exemplo, no Censo de 1980, um indivíduo que era solteiro, mas vivia com companheiro(a), podia se declarar solteiro ou, ainda, na categoria sem declaração, ao passo que, a partir de 1991, esse indivíduo tinha a opção de se declarar em união consensual.</p> <p><u>Censo 1991</u>: Dos três censos, possui o bloco de perguntas mais completo na área de nupcialidade, respondido por pessoas de 10 anos e mais. Foram considerados <i>nunca unidos(as)</i> aqueles(as) que declararam não viver ou não ter vivido com cônjuge. Os(As) <i>casados(as)</i> são aqueles(as) que declaram viver ou ter vivido com cônjuge e cuja natureza da união é casamento civil e religioso, só casamento civil ou só casamento religioso. Aqueles(as) que declaram viver ou ter vivido com cônjuge e cuja natureza da união é <i>união consensual</i> foram classificados enquanto tal. Aqueles(as) que vivem ou viveram com cônjuge e são separados(as) – judicialmente ou não – , desquitados(as) e divorciados(as) foram reunidos na categoria <i>separados(as)</i>. Finalmente, os (as) <i>viúvos(as)</i> são os que declaram viver ou ter vivido com cônjuge e cuja situação conjugal é viúvo(a).</p> <p><u>Censo 2000</u>: Traz três perguntas sobre nupcialidade, respondidas por pessoas de 10 anos e mais. Foram considerados(as) <i>nunca unidos(as)</i> aqueles(as) que declararam não viver ou nunca ter vivido em companhia de cônjuge ou companheiro(a), e cujo estado civil é solteiro(a). <i>Casados(as)</i> são aqueles(as) que vivem em companhia de cônjuge ou companheiro(a) e declaram que a natureza da união é casamento civil e religioso, só casamento civil ou só casamento religioso. Na categoria <i>união consensual</i> estão aqueles(as) que vivem em companhia de cônjuge ou companheiro(a) e cuja natureza da união é união consensual. Na categoria <i>separados(as)</i> estão aqueles(as) que não vivem, mas já viveram com cônjuge ou companheiro(a), e cujo estado civil é desquitado(a) ou separado(a).</p>

	<p>judicialmente, divorciado(a) ou solteiro(a). Os(As) <i>viúvos(as)</i> são aqueles(as) que também não vivem, mas já viveram com cônjuge ou companheiro(a), e que declaram estado civil viúvo(a).</p> <p><u>PNADs 1992 a 1995:</u> Traz quatro perguntas sobre nupcialidade, respondidas por pessoas de 15 anos e mais. Aqueles(as) que declaram não viver e nunca ter vivido em companhia de esposo(a) ou companheiro(a) foram agrupados na categoria <i>nunca unidos(as)</i>. Os(As) que vivem em companhia de esposo(a) ou companheiro(a) e declaram ter união conjugal sob a forma de casamento civil e religioso, só casamento civil ou só casamento religioso foram reunidos na categoria <i>casados(as)</i>. Estão na categoria <i>união consensual</i> aqueles que declaram viver em companhia de esposo(a) ou companheiro(a) e declaram ter união conjugal sob a forma de união consensual. Os(As) <i>separados(as)</i> são os que não vivem, mas já viveram em companhia de esposo(a) ou companheiro(a), e cuja situação é desquitado/divorciado/separado. Os viúvos também não vivem, mas já viveram em companhia de esposo(a) ou companheiro(a), e cuja situação é viúvo. Aqueles cujas respostas às quatro perguntas é “ignorado” foram excluídos dos cálculos do indicador.</p> <p>Devido ao número de casos, só foi possível calcular o indicador por raça/cor para Brasil e grandes regiões.</p>
--	---

<b>INDICADOR</b>	<b>Idade média à primeira união</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Número médio de anos vividos no estado solteiro, das pessoas que venham a se casar antes dos 50 anos de idade, segundo sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Método de Hajnal, utilizado quando não há dados sobre a idade à primeira união, mas somente a proporção de indivíduos unidos a cada idade.  $SMAFM^* = \sum n [1-(F(x)/F_{ult})]$ <p>onde n é a amplitude do intervalo etário, F(x) é a proporção de indivíduos alguma vez unidos** em cada grupo etário e F<sub>ult</sub> é a proporção da população em estudo que se casa alguma vez.</p> <p>* Em inglês, Singulate Mean Age at First Marriage.  ** Alguma vez unidos(as) diz respeito a uniões formais e, portanto, exclui aqueles em união consensual.</p>
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1992, 1993 e 1995
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Alguma vez unidos(as) são aqueles em uniões formais; portanto, estão excluídas as uniões consensuais. <u>Censo 1980:</u> Calculada a partir da variável estado conjugal. Foram considerados casados alguma vez os indivíduos que se declararam casados no civil e religioso, só no civil, só no religioso, além dos separados, desquitados, divorciados, viúvos e outros. <u>Censo 1991:</u> Apesar deste Censo trazer a variável idade à primeira união, para fins de comparabilidade com os demais censos, foi calculada a idade à primeira união através do Método de Hajnal. Foram consideradas casadas alguma vez as pessoas cuja situação conjugal atual é casada (em 1ª união ou outra união), separada, desquitada, divorciada ou viúva. <u>Censo 2000:</u> Calculada a partir da variável estado civil. Foram consideradas casadas alguma vez as pessoas que se declararam casadas, desquitadas ou separadas judicialmente, divorciadas ou viúvas. <u>PNAD 1992, 1993, 1995:</u> Os alguma vez casados são as pessoas que vivem em companhia de esposo(a) ou compnaheiro(a) e cuja forma da união é casamento civil, religioso ou ambos, e as pessoas que já viveram em companhia de esposo(a) ou companheiro(a) e cuja situação é desquitado/divorciado/separado ou viúvo.

<b>INDICADOR</b>	<b>Coabitação familiar</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de famílias conviventes, segundo a raça/cor do responsável pela família
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de famílias conviventes, dividido pelo total de famílias, segundo a raça/cor do responsável pela família
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes.

<b>INDICADOR</b>	<b>Estrutura domiciliar</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios por arranjo domiciliar, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios por arranjo domiciliar, dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	10 arranjos domiciliares: (1) casal sem filhos; (2) casal com 1 ou 2 filhos – menores ou maior e menor; (3) casal com 1 ou 2 filhos – todos maiores; (4) casal com 3 ou mais filhos; (5) mulher só; (6) mulher com filhos; (7) mulher sem filhos; (8) homem só; (9) homem e agregados; e (10) idosa/idoso só.

<b>INDICADOR</b>	<b>Cômodos alugados e cedidos</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de Cômodos alugados e cedidos, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de cômodos alugados e cedidos dividido pelo total de domicílios particulares permanentes, segundo a raça/ cor do responsável pelo domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1991 e 2000
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Este item é considerado como coabitação disfarçada: pessoa que sem ser parente, paga hospedagem ou contribui com as despesas de moradia e alimentação do domicílio

<b>INDICADOR</b>	<b>Domicílios por Espécie e Necessidade de Incremento</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição dos domicílios por espécie: particular permanente, particular improvisado, coletivo
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios por espécie, dividido pelo total dos domicílios, segundo a raça/cor do responsável pelo do domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	A Necessidade Incremento de Domicílios é dada pelos domicílios particulares improvisados Em 1980 não há fator de expansão para os domicílios improvisados e coletivos.

<b>INDICADOR</b>	<b>Inadequação do domicílio por dormitório</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios com densidade excessiva de moradores por dormitório
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios com densidade excessiva de moradores por dormitório dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes. Considerou-se como adensamento excessivo domicílios com mais de três pessoas por dormitório.

<b>INDICADOR</b>	<b>Inadequação do domicílio por carência de infra-estrutura</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios com carência de serviços de infra-estrutura
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios com carência de infra-estrutura dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes. Foram considerados carentes de serviços de infra-estrutura os domicílios urbanos que não contam com pelo menos um dos serviços abaixo mencionados, ou domicílios rurais que não contam com pelo menos 3 dos seguintes serviços: energia elétrica, rede de abastecimento de água com canalização interna, rede coletora de esgoto, pluvial ou fossa séptica, lixo coletado direta ou indiretamente. Em 1980, não há informação sobre coleta de lixo.

<b>INDICADOR</b>	<b>Inadequação do domicílio por estrutura fundiária urbana</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios urbanos com inadequação fundiária
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios com inadequação fundiária, dividido pelo total de domicílios urbanos, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1991 e 2000 PNAD: 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes urbanos. Domicílios próprios construídos em terrenos que não são de propriedade do morador, domicílios situados em setores definidos como subnormais e domicílios sem identificação.

<b>INDICADOR</b>	<b>Inadequação do domicílio por unidade sanitária interna</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios sem unidade sanitária interna
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios sem unidade sanitária interna ao domicílio dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes. Os domicílios que não possuíam banheiro ou sanitário de uso exclusivo foram considerados inadequados segundo este critério.

<b>INDICADOR</b>	<b>Energia elétrica</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios com energia elétrica (proveniente ou não de rede geral, com ou sem medidor), segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios que dispunha de energia elétrica (proveniente ou não de rede geral, com ou sem medidor), dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes. Energia elétrica: existência de iluminação elétrica proveniente ou não de rede geral, com ou sem medidor.

<b>INDICADOR</b>	<b>Água encanada</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios com água encanada, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios que dispunha de água encanada, dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes. Água: presença de água encanada ligada à rede geral

<b>INDICADOR</b>	<b>Esgoto</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios com esgoto (presença de rede geral ou pluvial de esgoto ou fossa séptica), segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios que dispunha de esgoto (presença de rede geral ou pluvial de esgoto ou fossa séptica), dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes. Esgoto: presença de rede geral ou pluvial de esgoto ou fossa séptica.

<b>INDICADOR</b>	<b>Coleta de lixo</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios com coleta de lixo, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios que dispunha de coleta de lixo, dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes. Lixo: existência de coleta de lixo (coletado por serviço de limpeza ou não)

<b>INDICADOR</b>	<b>Posse de telefone</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios com telefone, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios que dispunha de telefone, dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/ cor do responsável pelo domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes. Telefone: existência de linha telefônica instalada

<b>INDICADOR</b>	<b>Posse de telefone celular</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios com telefone celular, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios que dispunha de telefone celular, dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/ cor do responsável pelo domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes.

<b>INDICADOR</b>	<b>Posse de automóvel</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios com automóvel, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios que dispunha de automóvel de uso particular, dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes. Automóvel: existência de automóvel de uso particular

<b>INDICADOR</b>	<b>Posse de geladeira ou freezer</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios com geladeira ou freezer, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios que dispunha de geladeira ou freezer, dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes. Geladeira ou freezer: posse de geladeira ou freezer

<b>INDICADOR</b>	<b>Posse de televisão</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios com televisão, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios que dispunha de televisão, dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1988 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes. Televisão: posse de televisão (cor ou preto e branco)

<b>INDICADOR</b>	<b>Condição de propriedade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios próprios (completamente pagos ou não), segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios próprios (completamente pagos ou não), dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes.

<b>INDICADOR</b>	<b>Exclusão digital</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de domicílios que não possuem computador e não têm acesso à internet no domicílio, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de domicílios que não possuem computadores e não têm acesso à internet, dividido pelo total de domicílios, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Somente para os domicílios particulares permanentes

<b>INDICADOR</b>	<b>Renda domiciliar média per capita</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Média da renda domiciliar, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Renda total do domicílio, dividida pelo número de moradores, segundo a raça/cor do responsável pelo domicílio.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Excluem-se do cálculo os pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos que residam no domicílio.

<b>INDICADOR</b>	<b>Desigualdade de renda familiar</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Índice de desigualdade de renda de Theil-T, segundo a raça/cor do responsável pela família
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	$\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \frac{y_i}{\bar{y}} \log \frac{y_i}{\bar{y}}$
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Calculado usando a renda familiar per capita.

<b>INDICADOR</b>	<b>Linha de pobreza e linha de indigência</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de pobres e indigentes entre brancos e negros, segundo o sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de pessoas abaixo da linha de pobreza e indigência, dividido pelo total de pessoas, segundo a raça/cor do responsável pela família
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Linhas de pobreza e indigência propostas pelo IPEA e utilizadas no Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2002, deflacionadas pelos índices de preços, para os anos anteriores.

<b>INDICADOR</b>	<b>Proporção de negros entre os pobres e indigentes</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de negros entre os pobres e indigentes, segundo o sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de negros abaixo da linha de pobreza e indigência, dividido pelo total de pessoas abaixo da linha da pobreza.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Linhas de pobreza e indigência propostas pelo IPEA e utilizadas no Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2002, deflacionadas pelos índices de preços, para os anos anteriores.

## 5. EDUCAÇÃO

Os amarelos e indígenas foram excluídos do cálculo de todos os indicadores deste bloco, de forma que o total refere-se à soma de brancos e negros.

<b>INDICADOR</b>	<b>Taxa de analfabetismo</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Quociente entre a população analfabeta e a população total de um mesmo grupo etário – total e grupos quinquenais a partir de 15 anos, até 60 +, segundo sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	$TA = \left( \frac{P_{ana}}{P} \right) \times 100$ <p>onde <math>TA</math> é a taxa de analfabetismo;  <math>P_{ana}</math> é a população analfabeta de um determinado grupo etário <math>e</math>; e  <math>P</math> é a população total nesse mesmo grupo etário.</p>
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	

<b>INDICADOR</b>	<b>Escolaridade média ou anos médios de estudo</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Média dos anos de estudo concluídos por uma determinada população – total e anos individuais de estudo, segundo sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	$\text{Anos de estudo} = \frac{(0 \times P_0 + 1 \times P_1 + \dots + 17 \times P_{17})}{P}$ <p>onde</p> <p><math>P_0</math> é a população com zero ano de estudo;  <math>P_1</math> é a população com um ano de estudo;  <math>P_{17}</math> é a população com 17 anos de estudo; e  <math>P</math> é a população total.</p>
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Calculado para a população de 15 anos e mais.

<b>INDICADOR</b>	<b>Taxa de atendimento escolar da população por faixa etária</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção da população em uma determinada faixa etária que frequenta a escola, segundo sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	$TAE = \frac{MAT_{(i)}}{P_i} \times 100 ,$ <p>onde</p> <p><i>TAE</i> é a taxa de atendimento escolar;</p> <p><i>MAT<sub>i</sub></i> é a matrícula em todos os níveis de ensino na faixa etária selecionada; e</p> <p><i>P<sub>i</sub></i> é a população na mesma faixa etária.</p>
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Normalmente, considera-se a faixa etária adequada para se cursar determinado grau, ou seja, 4 a 6 anos para a Pré-Escola, 7 a 14 para o Ensino Fundamental e 15 a 17 para o Ensino Médio. Permite avaliar a capacidade do sistema de ensino de manter as crianças e adolescentes nas escolas.

<b>INDICADOR</b>	<b>Taxa de escolarização bruta</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Razão entre o total de matrículas em um determinado nível de ensino e a população na faixa etária adequada a esse nível de ensino, segundo sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	$TEB = \frac{MAT_{(j)}}{P_i} \times 100,$ <p>onde</p> <p><i>TEB</i> é a taxa de escolarização bruta;</p> <p><i>MAT<sub>j</sub></i> é a matrícula total em um determinado nível de ensino;</p> <p>e</p> <p><i>P<sub>i</sub></i> é a população na faixa etária adequada a esse nível de ensino.</p>
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	<p>Como o numerador desta taxa é a matrícula total, independente da idade, ela pode ser inflada devido ao grande número de alunos que se encontram fora da idade adequada de cursar determinado nível de ensino. A grande proporção de pessoas fora da faixa apropriada ocorre devido à entrada tardia na escola ou à repetência.</p> <p>Possibilita avaliar o volume de matrículas nesse nível em função da demanda potencial na faixa etária adequada.</p>

INDICADOR	Taxa de escolarização líquida
DEFINIÇÃO	Razão entre as matrículas das pessoas em idade adequada para estar cursando um determinado nível e a população total na mesma idade, segundo sexo e raça/cor.
FORMA DE CÁLCULO	$TEL = \frac{MAT_{(ij)}}{P_i} \times 100,$ <p>onde</p> <p><i>TEL</i> é a taxa de escolarização líquida;</p> <p><i>MAT<sub>ij</sub></i> é a matrícula na faixa etária adequada a um determinado nível de ensino; e</p> <p><i>P<sub>i</sub></i> é a população na mesma faixa etária.</p>
NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS	Brasil Grandes Regiões UF
FONTES DE DADOS E PERÍODOS	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS	<p>Como este indicador não capta os estudantes que estão fora de seu nível adequado de ensino, ele é mais apropriado para avaliar a eficiência do sistema de ensino do que o anterior, já que um crescimento dessa taxa só ocorre, basicamente, por fatores positivos.</p> <p>Indica a porcentagem da população na faixa etária que está matriculada no nível de ensino adequado.</p>

INDICADOR	Taxa de eficiência
<b>DEFINIÇÃO</b>	Total de matrículas de pessoas que estão cursando determinada série em idade considerada ideal sobre o total de matrículas na série ou grau em questão, segundo sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	$TE_{js} = \frac{MAT_{jsi}}{MAT_{js}} \times 100 ,$ <p>onde</p> <p><math>TE_{js}</math> é taxa de eficiência da série <math>s</math> do nível de ensino <math>j</math>;</p> <p><math>MAT_{jsi}</math> é o número de matrículas de pessoas com idade adequada de estar cursando uma determinada série <math>s</math> do nível de ensino <math>j</math>; e</p> <p><math>MAT_{js}</math> é o número total de matrículas na série <math>s</math> do nível de ensino <math>j</math>.</p>
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Esse indicador é importante por determinar problemas relacionados, principalmente, com a alta repetência em determinada série ou grau, que é um dos principais problemas no sistema de ensino brasileiro, com graves conseqüências para os níveis de escolaridade da população.

## 6. TRABALHO

Os amarelos e indígenas foram excluídos do cálculo de todos os indicadores deste bloco, de forma que o total refere-se à soma de brancos e negros. As fontes de dados utilizadas neste bloco são a PNAD e o Censo Demográfico.

<b>INDICADOR</b>	<b>Taxa de atividade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Percentual da população em idade ativa (10 anos e mais) que tinha trabalho ou procurou trabalho no período de referência (População Economicamente Ativa – PEA), segundo os grupos etários, de sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de pessoas de 10 anos e mais, de determinado grupo etário, sexo e raça/cor, que tinha trabalho ou procurou trabalho no período de referência, dividido pelo total de pessoas de 10 anos ou mais, do mesmo grupo etário, sexo e raça/cor.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Os grupos de idade são quinquenais. A taxa padronizada foi calculada tendo-se por referência a estrutura etária do Brasil em 1991. O período de referência do Censo Demográfico de 2000 é a semana, e o dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 é o ano.

<b>INDICADOR</b>	<b>Composição da PEA por escolaridade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da PEA por nível de escolaridade, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de indivíduos na PEA (indivíduos que se declaram ocupados e desempregados) dada pelo número de indivíduos que se declaram economicamente ativos em determinado grupo de raça/cor e sexo em uma das seis faixas de escolaridade dividido pelo total de indivíduos economicamente ativos em determinado grupo de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As faixas de escolaridade compreendem: 0 ano de estudo (analfabeto); 1 a 3 anos (antigo primário incompleto); 4 a 7 anos de estudo (antigo ginásio incompleto); 8 a 10 anos de estudo (antigo IIº grau incompleto); 11 a 14 anos de estudo ( Superior Incompleto); 15 e mais anos de estudo ( Superior Completo). O período de referência do Censo Demográfico de 2000 é a semana, e o dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 é o ano.

<b>INDICADOR</b>	<b>Composição da PEA por idade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da PEA por nível de idade, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de indivíduos na PEA (indivíduos que se declaram ocupados e desempregados) dada pelo número de indivíduos que se declaram economicamente ativos em determinado grupo de raça/cor e sexo em uma das faixas etárias dividido pelo total de indivíduos economicamente ativos em determinado grupo de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As faixas de idade são quinquenais. O período de referência do Censo Demográfico de 2000 é a semana, e o dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 é o ano.

<b>INDICADOR</b>	<b>Composição da PEA por renda familiar</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da PEA por grupo de renda familiar per capita (em salários mínimos), segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de indivíduos na PEA (indivíduos que se declaram ocupados e desempregados) dada pelo número de indivíduos que se declaram economicamente ativos em determinado grupo de raça/cor e sexo em uma das faixas de renda dividido pelo total de indivíduos economicamente ativos em determinado grupo de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	O rendimento familiar per capita está expresso em valores de 2002, sendo depois dividido pelo salário mínimo deste mesmo ano. As faixas de rendimento compreendem: menos de 1 salário mínimo; 1 a 2 sm; 2 a 3 sm; 3 a 5 sm; 5 a 7 sm; 7 e mais sm. O período de referência do Censo Demográfico de 2000 é a semana, e o dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 é o ano.

<b>INDICADOR</b>	<b>Taxa de desemprego</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Percentual da população economicamente ativa (PEA) que procurou trabalho no período de referência, segundo o grupo de idade, sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Número de pessoas economicamente ativas, de determinado grupo etário, sexo e raça/cor, que procurou trabalho no período de referência, dividido pelo total de pessoas economicamente ativas, do mesmo grupo etário, sexo e raça/cor.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	A taxa padronizada foi calculada tendo-se por referência a estrutura etária do Brasil em 1991. O período de referência da PNAD é a semana.

<b>INDICADOR</b>	<b>Composição da população desocupada por escolaridade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da população desocupada (ou desempregada) por nível de escolaridade, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de indivíduos na população desocupada dada pelo número de indivíduos que se declaram desocupados em determinado grupo de raça/cor e sexo em uma das seis faixas de escolaridade dividido pelo total de indivíduos desocupados em determinado grupo de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As faixas de escolaridade compreendem: 0 ano de estudo (analfabeto); 1 a 3 anos (antigo primário incompleto); 4 a 7 anos de estudo (antigo ginásio incompleto); 8 a 10 anos de estudo (antigo IIº grau incompleto); 11 a 14 anos de estudo ( Superior Incompleto); 15 e mais anos de estudo ( Superior Completo).

<b>INDICADOR</b>	<b>Composição da população desocupada por idade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da população desocupada (ou desempregada) por grupo etário, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de indivíduos na população desocupada dada pelo número de indivíduos que se declaram desocupados em determinado grupo de raça/cor e sexo em um dos grupos de idade quinquenal dividido pelo total de indivíduos desocupados em determinado grupo de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As faixas de idade são quinquenais.

<b>INDICADOR</b>	<b>Composição da população desocupada por renda familiar</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da população desocupada (ou desempregada) por grupo de renda familiar per capita (em salários mínimos), segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de indivíduos na população desocupada dada pelo número de indivíduos que se declaram desocupados em determinado grupo de raça/cor e sexo em um dos grupos de renda familiar per capita dividido pelo total de indivíduos desocupados em determinado grupo de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	O rendimento familiar per capita está expresso em valores de 2002, sendo depois dividido pelo salário mínimo deste mesmo ano. As faixas de rendimento compreendem: menos de 1 salário mínimo; 1 a 2 sm; 2 a 3 sm; 3 a 5 sm; 5 a 7 sm; 7 e mais sm

<b>INDICADOR</b>	<b>Composição da população desocupada por duração do desemprego</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da população desocupada (ou desempregada) por intervalo de duração do desemprego, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de indivíduos na população desocupada dada pelo número de indivíduos que se declaram desocupados em determinado grupo de raça/cor e sexo em um dos intervalos de duração do desemprego dividido pelo total de indivíduos desocupados em determinado grupo de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Os intervalos de duração de desemprego são expressos nas seguintes faixas: menos de um mês (0); 1 mês; 2 a 3 meses; 4 a 6 meses; 7 a 12 meses; mais de 12 meses.

<b>INDICADOR</b>	<b>Composição da população ocupada por grupo de ocupação</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da população ocupada por grupo de ocupação, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de indivíduos na população ocupada dada pelo número de indivíduos que se declaram ocupados em determinado grupo de raça/cor e sexo em um dos grupos de ocupação dividido pelo total de indivíduos ocupados em determinado grupo de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Os grupos de ocupação são: Técnica-Científica-Artística, Administrativa, Agropecuária-Extrativa, Indústria de Transformação, Comércio, Transporte-Comunicação, Prestação de Serviços

<b>INDICADOR</b>	<b>Composição da população ocupada por setor de atividade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da população ocupada por setor de atividade, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de indivíduos na população ocupada dada pelo número de indivíduos que se declaram ocupados em determinado grupo de raça/cor e sexo em um dos setores de atividade dividido pelo total de indivíduos ocupados em determinado grupo de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000  PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Os setores de atividade são: Agrícola, Indústria de Transformação, Construção, Outras Atividades Industriais, Comércio, Prestação de Serviços, Serviços Auxiliares às Atividades Econômicas, Transporte-Comunicação, Social, Administração Pública

<b>INDICADOR</b>	<b>Composição da população ocupada por posição na ocupação</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da população ocupada por posição na ocupação, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de indivíduos na população ocupada dada pelo número de indivíduos que se declaram ocupados em determinado grupo de raça/cor e sexo em uma das posições na ocupação dividido pelo total de indivíduos ocupados em determinado grupo de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000  PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As posições na ocupação são: Empregado com Carteira, Empregado Sem Carteira, Conta-Própria, Empregador, Funcionário Público, Não Remunerado.

<b>INDICADOR</b>	<b>Proporção de negros por categoria sócio-ocupacional</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da população ocupada por raça/cor, segundo as categorias sócio-ocupacionais.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de negros na população ocupada dada pelo número de negros ocupados em determinada categoria sócio-ocupacional dividido pelo total de indivíduos ocupados na mesma categoria.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As categorias sócio-ocupacionais são: ocupações de nível superior, ocupações de nível médio, ocupações manuais e ocupações domésticas.

<b>INDICADOR</b>	<b>Escolaridade média dos ocupados segundo a categoria sócio-ocupacional</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Caracterização da inserção ocupacional, dada pela escolaridade média da população ocupada por categoria sócio-ocupacional, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Anos médios de estudo da população ocupada por categoria sócio-ocupacional, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As categorias sócio-ocupacionais são: ocupações de nível superior, ocupações de nível médio, ocupações manuais e ocupações domésticas.

<b>INDICADOR</b>	<b>Escolaridade média dos ocupados segundo a idade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Caracterização da inserção ocupacional, dada pela escolaridade média da população ocupada por grupo de idade, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Anos médios de estudo da população ocupada por grupo de idade, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As faixas de idade são quinquenais.

<b>INDICADOR</b>	<b>Escolaridade média dos trabalhadores por conta-própria</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Perfil ocupacional dos trabalhadores por conta-própria, dada pela escolaridade média por categoria de trabalho por conta-própria, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Anos médios de estudo dos trabalhadores por conta-própria por categoria do trabalho por conta-própria, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Os trabalhadores por conta-própria foram classificados nas categorias de profissionais liberais e de profissionais não-liberais.

<b>INDICADOR</b>	<b>Média de rendimento do trabalho segundo a categoria sócio-ocupacional</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Caracterização da inserção ocupacional, dada pelos rendimentos médios do trabalho por categoria sócio-ocupacional, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Rendimentos médios do trabalho por categoria sócio-ocupacional, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As categorias sócio-ocupacionais são: ocupações de nível superior, ocupações de nível médio, ocupações manuais e ocupações domésticas. Os rendimentos estão expressos em valores reais de 2002.

<b>INDICADOR</b>	<b>Média de rendimento do trabalho segundo a escolaridade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Caracterização da inserção ocupacional, dada pelos rendimentos médios do trabalho por nível de escolaridade, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Rendimentos médios do trabalho por grupos de anos de estudo, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As faixas de escolaridade compreendem: 0 ano de estudo (analfabeto); 1 a 3 anos (antigo primário incompleto); 4 a 7 anos de estudo (antigo ginásio incompleto); 8 a 10 anos de estudo (antigo IIº grau incompleto); 11 a 14 anos de estudo ( Superior Incompleto); 15 e mais anos de estudo ( Superior Completo). Os rendimentos estão expressos em valores reais de 2002.

<b>INDICADOR</b>	<b>Média de rendimento do trabalho segundo a idade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Caracterização da inserção ocupacional, dada pelos rendimentos médios do trabalho por grupo de idade, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Rendimentos médios do trabalho por grupos etários quinquenais, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As faixas de idade são quinquenais. Os rendimentos estão expressos em valores reais de 2002.

<b>INDICADOR</b>	<b>Média de rendimento do trabalho segundo a posição na ocupação</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Caracterização da inserção ocupacional, dada pelos rendimentos médios do trabalho por posição na ocupação, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Rendimentos médios do trabalho por posição na ocupação, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	As posições na ocupação são: Empregado com Carteira, Empregado Sem Carteira, Conta-Própria, Empregador, Funcionário Público, Não Remunerado. Os rendimentos estão expressos em valores reais de 2002.

<b>INDICADOR</b>	<b>Média de rendimento do trabalho segundo o grupo de ocupação</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Caracterização da inserção ocupacional, dada pelos rendimentos médios do trabalho por grupo de ocupação, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Rendimentos médios do trabalho por posição na ocupação, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Os grupos de ocupação são: Técnica-Científica-Artística, Administrativa, Agropecuária-Extrativa, Indústria de Transformação, Comércio, Transporte-Comunicação, Prestação de Serviços. Os rendimentos estão expressos em valores reais de 2002.

<b>INDICADOR</b>	<b>Média de rendimento do trabalho segundo o setor de atividade</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Caracterização da inserção ocupacional, dada pelos rendimentos médios do trabalho por setor de atividade, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Rendimentos médios do trabalho por posição na ocupação, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Os setores de atividade são: Agrícola, Indústria de Transformação, Construção, Outras Atividades Industriais, Comércio, Prestação de Serviços, Serviços Auxiliares às Atividades Econômicas, Transporte-Comunicação, Social, Administração Pública. Os rendimentos estão expressos em valores reais de 2002.

<b>INDICADOR</b>	<b>Média de rendimento do trabalho</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Caracterização da inserção ocupacional, dada pelos rendimentos médios do trabalho, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Rendimentos médios do trabalho, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Os rendimentos estão expressos em valores reais de 2002.

<b>INDICADOR</b>	<b>Grau de informalização do trabalho</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Caracterização da inserção ocupacional, dada pelo nível de emprego nos setores formal e informal, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de ocupados no setor informal, dada pela razão entre os trabalhadores no setor informal sobre o total de ocupados, por sexo e raça/cor.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Definiram-se como trabalhadores no setor informal os ocupados na posição de conta-própria e de empregados sem carteira assinada. Este indicador não foi construído para o Censo de 1980, porque não há como separar empregados com e sem carteira assinada.

<b>INDICADOR</b>	<b>Grau de precarização do trabalho</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Caracterização da inserção ocupacional, dada pelo nível de emprego precário, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de ocupados em trabalhos precários, dada pela razão entre os trabalhadores no setor precário sobre o total de ocupados, por sexo e raça/cor.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Definiram-se como trabalhadores no setor precário, os empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta-própria em situação precária. Este indicador não foi construído para o Censo de 1980, porque não há como separar empregados com e sem carteira assinada.

<b>INDICADOR</b>	<b>Grau de vulnerabilidade à pobreza</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Caracterização do nível de vulnerabilidade à pobreza, segundo os grupos de raça/cor e sexo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de indivíduos em situação de vulnerabilidade à pobreza sobre a população em idade ativa, por sexo e raça/cor.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	A definição de vulnerabilidade inclui as variáveis de participação na força de trabalho, idade do indivíduo, escolaridade do indivíduo e rendimento do trabalho. Foram considerados vulneráveis os indivíduos que reuniam os seguintes conjuntos de características: (1) idade inferior ou igual a 18 anos e desempregado; (2) idade inferior ou igual a 18 anos e ocupado; (3) idade maior ou igual a 60 anos e desempregado; (4) idade maior ou igual a 60 anos, ocupado com rendimento do trabalho inferior a R\$ 300,00 (preços de 2002); (5) idade entre 19 e 23 anos, ocupado, anos de estudo igual ou inferior a 9 anos e rendimento do trabalho inferior a R\$ 300,00; (6) idade entre 19 e 23 anos (inclusive), desempregado, anos de estudo inferior a 10 anos; (7) idade entre 24 e 59 anos (inclusive), desempregado, anos de estudo inferior a 10 anos; (8) idade entre 24 e 59 anos (inclusive), ocupado, anos de estudo inferior a 11 anos e rendimento do trabalho inferior a R\$ 300,00.

INDICADOR	<b>Índice de Segregação Ocupacional</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de negros (brancos) que teriam que mudar de ocupação a fim de manter a proporção de negros e brancos em cada ocupação igual à proporção da força de trabalho como um todo.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	$D = \sum_{j=1}^J \left  \left( \frac{F_j}{F} \right) - \left( \frac{M_j}{M} \right) \right  \cdot 100 \cdot \frac{1}{2}$ <p>onde: J = número total de ocupações; F<sub>j</sub> = número de negros na ocupação j; F = número de brancos na força de trabalho total; M<sub>j</sub> = número de negros na ocupação j; M = número de brancos na força de trabalho total.</p>
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Os valores assumidos por D variam de um mínimo de 0, quando não há diferenças entre as distribuições ocupacionais de negros e brancos – integração completa – a um máximo de 100 – segregação completa. Este índice usa a definição implícita de integração como a situação na qual a representação proporcional de cada raça em cada ocupação é a mesma da força de trabalho total. Por exemplo, se os negros são 40% da força de trabalho, o índice seria 0 se cada ocupação fosse 40% negra. Assim, os números absolutos de negros e brancos na força de trabalho não são cruciais, mas a distribuição relativa de negros e brancos nas ocupações. O índice de segregação permite comparar períodos com diferentes taxas de participação dos negros na força de trabalho, já que é invariável a transformações da proporção de negros na força de trabalho.

<b>INDICADOR</b>	<b>Composição da População Ocupada segundo a Tipologia de Integração das Ocupações</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da população ocupada por tipo de ocupação.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de indivíduos na população ocupada dada pelo número de indivíduos ocupados em determinado tipo de ocupação dividido pelo total de indivíduos ocupados.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	A tipologia de integração ocupacional utilizada, ao nível dos títulos ocupacionais a 3 dígitos, permite captar o processo de alocação dos indivíduos a ocupações com diferentes composições por raça. Esta tipologia usa as porcentagens de negros e brancos em uma ocupação como base para a classificação. Considerando um grau de variação aleatória em torno da proporção de negros na força de trabalho, propõe-se um intervalo em torno desta média, definindo o que constitui uma ocupação integrada, predominantemente negra ou predominantemente branca. As ocupações integradas, ou não segregadas, são definidas como aquelas localizadas em um intervalo em torno da proporção de negros da força de trabalho como um todo, no caso, no intervalo de 20 pontos percentuais em torno da média, para cada ano ao longo do período estudado. As ocupações em cada lado da categoria média são predominantemente negras ou brancas; as negras são aquelas que têm uma proporção de negros acima do limite superior do intervalo definido em torno da média e as brancas são aquelas que têm uma proporção de negros abaixo do limite inferior do intervalo. Esta tipologia seria uma mensuração realista da proporção de todos os trabalhadores que teriam que mudar de ocupação para eliminar as categorias segregadas por raça.

<b>INDICADOR</b>	<b>Incompatibilidade entre Curso Superior Concluído e Inserção Ocupacional</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de indivíduos com curso superior concluído em ocupações de nível não superior.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de indivíduos na população ocupada dada pelo número de indivíduos com curso superior concluído em ocupações de nível não superior, em cada grupo de raça/cor, dividido pelo total de indivíduos com curso superior em cada grupo de raça/cor.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	O termo incompatibilidade ( <i>mismatch</i> ) ocupacional caracteriza as situações em que o nível observado de escolaridade do indivíduo em determinada ocupação é maior do que o nível exigido como necessário para realizar as funções e tarefas da ocupação.

<b>INDICADOR</b>	<b>Incompatibilidade entre Curso Superior Concluído e Inserção Ocupacional, segundo o Curso</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de indivíduos com curso superior concluído em ocupações de nível não superior, segundo o curso.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de indivíduos na população ocupada dada pelo número de indivíduos com curso superior concluído em ocupações de nível não superior, em cada curso e grupo de raça/cor, dividido pelo total de indivíduos com curso superior em cada curso e grupo de raça/cor.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	O termo incompatibilidade ( <i>mismatch</i> ) ocupacional caracteriza as situações em que o nível observado de escolaridade do indivíduo em determinada ocupação é maior do que o nível exigido como necessário para realizar as funções e tarefas da ocupação. Os cursos superiores listados são: Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Odontologia, Outros de Ciências Biológicas e da Saúde, Arquitetura e Urbanismo, Ciências, Ciências da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química e Industrial, Outros cursos de Engenharia, Estatística, Física, Geologia, Matemática, Química, Outros de Ciências Exatas e Tecnológicas, Agronomia, Medicina Veterinária, Outros de Ciências Agrárias, Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis e Atuariais, Ciências Econômicas, Ciências e Estudos Sociais, Comunicação Social, Direito, Filosofia, Geografia, História, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Teologia, Outros de Ciências Humanas e Sociais, Letras, Artes, Militar, Outros cursos de Graduação, Cursos de Mestrado ou Doutorado

<b>INDICADOR</b>	<b>Proporção de Negros segundo o Curso Superior Concluído</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de negros, segundo o curso superior concluído.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Proporção de negros na população ocupada dada pelo número de negros com curso superior concluído, em cada curso, dividido pelo total de indivíduos com curso superior, em cada curso.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Os cursos superiores listados são: Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Odontologia, Outros de Ciências Biológicas e da Saúde, Arquitetura e Urbanismo, Ciências, Ciências da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química e Industrial, Outros cursos de Engenharia, Estatística, Física, Geologia, Matemática, Química, Outros de Ciências Exatas e Tecnológicas, Agronomia, Medicina Veterinária, Outros de Ciências Agrárias, Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis e Atuariais, Ciências Econômicas, Ciências e Estudos Sociais, Comunicação Social, Direito, Filosofia, Geografia, História, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Teologia, Outros de Ciências Humanas e Sociais, Letras, Artes, Militar, Outros cursos de Graduação, Cursos de Mestrado ou Doutorado

<b>INDICADOR</b>	<b>Distribuição Relativa de Rendimentos do Trabalho</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporções acumuladas de homens negros, mulheres brancas e mulheres negras, nos decis das distribuições de renda dos homens brancos.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Números de homens negros, mulheres brancas e mulheres negras, remunerados nos decis da distribuição de renda dos homens brancos divididos, respectivamente, pelo número total de homens negros, mulheres brancas e mulheres negras remunerados, acumuladas ao longo dos decis.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	A distribuição relativa é uma transformação dos dados de duas distribuições em uma única distribuição que contém toda a informação necessária para a comparação independente da escala. A distribuição relativa é o conjunto de posições percentis que as observações de uma distribuição teriam se fossem colocadas em outra distribuição.

<b>INDICADOR</b>	<b>Índice de desigualdade razão 90/10 da renda do trabalho</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da Renda do Trabalho, por sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Razão entre o valor do limite do 90º decil da distribuição da renda do trabalho sobre o valor do limite do 10º decil.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	

<b>INDICADOR</b>	<b>Índice de Gini</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da Renda do Trabalho, por sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	<p>Sendo <math>r_i</math> a renda do indivíduo <math>i</math>, <math>r_m</math> a renda média e <math>N</math> o número total de indivíduos, o índice de Gini pode ser calculado através da fórmula:</p> $G = \frac{1}{(2r_m N^2)} \left( \sum_i \sum_j r_i - r_j \right)$ $G = 1 - \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1})$ $\Phi_i = \frac{1}{n\mu} \cdot \sum_{j=1}^i x_j$
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	O Índice de Gini varia de um valor mínimo de 0, situação de igualdade perfeita da distribuição de rendimentos em uma sociedade, a um valor máximo de 1, situação de extrema desigualdade, em que apenas 1 indivíduo ou família se apropria de toda a renda disponível; na realidade, o índice dificilmente atinge estes valores extremos e cifras de 0,5 já são tidas como indicadoras de um grau de extrema perversidade distributiva é pouco sensível à desigualdade associada à riqueza ou pobreza extremas, refletindo o que se passa em termos distributivos nos segmentos de renda média.

<b>INDICADOR</b>	<b>Índice de Theil</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Distribuição da Renda do Trabalho, por sexo e raça/cor.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	$\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \frac{y_i}{\bar{y}} \log \frac{y_i}{\bar{y}}$
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991, 2000 PNAD: 1982, 1986 a 1990, 1992, 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	

## 7. COBERTURA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

Os amarelos e indígenas foram excluídos do cálculo de todos os indicadores deste bloco, de forma que o total refere-se à soma de brancos e negros. As fontes de dados utilizadas neste bloco são a PNAD e o Censo Demográfico.

<b>INDICADOR</b>	<b>Taxa de Cobertura Previdenciária da População Ocupada</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção da população ocupada com cobertura previdenciária pelo Regime Geral de Previdência social, pelo Regime dos Funcionários Públicos do Regime Jurídico Único ou como militares.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Cobertos em cada sub-população/total da sub-população
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Não estão computados os cobertos da categoria “facultativo” do RGPS, já que eles não exercem atividade remunerada. A categoria “segurado especial” do RGPS também não está incluída, uma vez que deles não é exigido contribuição para estarem cobertos. As taxas por posição na ocupação, relativas ao Censo de 1980, não possuem a mesma desagregação dos outros dois censos porque para 1980 não está disponível o quesito referente à carteira assinada. Não é conveniente desagregar em urbano e rural já que o rural fica sub representado, uma vez que não é possível incluir a categoria “segurado especial”.

<b>INDICADOR</b>	<b>Idade Média da População Ocupada, com Cobertura Previdenciária, por renda</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Idade média dos ocupados cobertos
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Soma das idades de todas as pessoas ocupadas cobertas, dividida pelo total de ocupados cobertos.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Brasil Grandes Regiões UF
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	Não estão computados os cobertos da categoria “facultativo” do RGPS, já que eles não exercem atividade remunerada. A categoria “segurado especial” do RGPS também não está incluída, uma vez que deles não é exigido contribuição para estarem cobertos. Não é conveniente desagregar em urbano e rural já que o rural fica sub representado, uma vez que não é possível incluir a categoria “segurado especial”.

<b>INDICADOR</b>	<b>Taxa de Beneficiários de Aposentadoria e Pensão</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Proporção de beneficiários de aposentadoria e pensão em relação a população do mesmo grupo de idade ou renda.
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Beneficiários de aposentadoria e pensão do subgrupo/ população do subgrupo
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Censo:Brasil,Grandes Regiões e UF PNAD: Brasil, Grandes Regiões
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	A informação disponível é situação de residência e não de benefício. A taxa relativa ao censo de 1980 inclui beneficiários de todos os tipos de aposentadoria e pensão e ainda o abono. No Censo de 1991 e 2000 a informação é relativa a todos os tipos de aposentadoria e pensão. Na PNAD as informações se referem a aposentadoria e pensão de instituto de previdência ou governo federal.

<b>INDICADOR</b>	<b>Idade Média dos Aposentados e Pensionistas por Faixa de Renda</b>
<b>DEFINIÇÃO</b>	Idade média dos aposentados e pensionistas
<b>FORMA DE CÁLCULO</b>	Soma das idades de todas aposentados e pensionistas, dividida pelo número de aposentados e pensionistas.
<b>NÍVEIS DE DESAGREGAÇÃO POSSÍVEIS</b>	Censo:Brasil,Grandes Regiões e UF PNAD: Brasil, Grandes Regiões
<b>FONTES DE DADOS E PERÍODOS</b>	Censo Demográfico: 1980, 1991 e 2000 PNAD: 1982, 1986 a 2003
<b>COMENTÁRIOS METODOLÓGICOS</b>	A taxa relativa ao censo de 1980 inclui beneficiários de todos os tipos de aposentadoria e pensão e ainda o abono. Nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 a informação é relativa a todos os tipos de aposentadoria e pensão. Na PNAD as informações se referem a aposentadoria e pensão de instituto de previdência ou governo federal.

## **OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS GERAIS**

- 1) Padronização: quando possível, os indicadores foram padronizados segundo a estrutura etária do Brasil em 1991.
- 2) Valores reais dos rendimentos: foram usados deflatores para tornar possível a comparação da série histórica, estando todos expressos em valores reais de setembro de 2002.
- 3) Representatividade amostral: sempre que o tamanho da amostra nas categorias desagregadas dos indicadores foi inferior a 50, a informação foi considerada não representativa e portanto não apresentada.

### **FONTES DE DADOS**

As principais fontes de dados utilizadas na elaboração dos indicadores do Atlas Racial Brasileiro são: microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e microdados da amostra do Censo Demográfico, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### **A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**

A PNAD tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Trata-se de uma pesquisa por amostra de domicílios que tem propósitos múltiplos, investigando diversas características socioeconômicas, umas de caráter permanente, como as características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre fecundidade, nupcialidade, saúde, e outros temas que são incluídos de acordo com as necessidades de informação para o País.

Os levantamentos da PNAD têm periodicidade anual, com realização no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. As pesquisas realizadas na década de 1980 mantiveram inalteradas as características do levantamento básico, visando, com isso, a gerar uma série histórica de resultados. Em 1982 e 1986 foi investigada a cor das pessoas nas pesquisas suplementares; a partir de 1987 a pesquisa básica incorporou a investigação da cor das pessoas. Portanto a série da PNAD é composta pelos anos de 1982, 1986 a 1990, 1992 a 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2003.

A pesquisa básica incorporou a investigação da existência de rádio e televisão nos domicílios particulares permanentes, a partir de 1988. A pesquisa da PNAD de 1992, além de aspectos gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, agregou os temas suplementares: migração, fecundidade e nupcialidade. Esta mesma abrangência foi mantida em 1993 e 1995. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD. Em 1996, foi retirado o tema nupcialidade. Em 1998, além do que foi pesquisado em 1997, foi incluído o tema suplementar saúde. Em 1999, foi excluído o tema saúde e mantidos os demais aspectos pesquisados em 1998. Em 2001, em relação aos aspectos pesquisados em 1999, foi ampliado o conteúdo do tema domicílio. Em 2002, a principal modificação em relação aos aspectos pesquisados em 2001 foi a introdução de novas características no tema domicílio.

Os indicadores apresentados foram obtidos considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A abrangência

geográfica da PNAD vem se ampliando gradativamente, abrangendo, desde 1981, todas as Unidades da Federação do País, e excluindo somente a área rural da antiga Região Norte, que compreendia as seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, essas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD de 1992. Conseqüentemente, para os levantamentos da PNAD, realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado de Tocantins, que permaneceu incorporada à da Região Centro-Oeste.

A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). As características gerais, de educação são pesquisadas para todas as pessoas e as de fecundidade, para as mulheres de 10 anos ou mais de idade. O levantamento das características de trabalho e rendimento é feito de forma abrangente para as pessoas de 10 anos ou mais de idade. A pesquisa é conduzida no mês de setembro e os períodos de referência utilizados são: para informações de trabalho – a semana de referência, e para informações de renda – o mês anterior.

A classificação de cor/raça na PNAD é feita da seguinte forma: consideram-se cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de raça amarela), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) e indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia). Nos indicadores deste Atlas, foram agrupadas as categorias preta e parda na categoria de negros, e foram excluídas as categorias amarela e indígena.

A PNAD, é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). No primeiro estágio, as unidades (municípios) são classificadas em duas categorias: auto-representativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não auto-representativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida nos Censos Demográficos mais recentes. No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião dos Censos Demográficos mais recentes. No último estágio foram selecionados, com equi-probabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação.

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente, segundo o tipo de área (região metropolitana e não-metropolitana). Estas projeções consideram a evolução populacional ocorrida entre os Censos Demográficos, sob hipóteses de crescimento associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migração. Cabe ressaltar que o desenho amostral da pesquisa possibilita a expansão dos seus resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação.

Não está garantida a representatividade da amostra para níveis geográficos menores (município, distrito e setor).

### **O Censo Demográfico**

O Censo Demográfico é um levantamento decenal do IBGE, realizado desde 1890. Na construção do banco de indicadores sociais sobre desigualdades raciais no Brasil, estão sendo utilizados os microdados dos Censos de 1980, 1991 e 2000, por serem os únicos a contemplar a variável de raça/cor.

**Divisão territorial:** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, todos autônomos. O Distrito Federal é a unidade autônoma onde tem sede o Governo Federal com seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tem as mesmas competências legislativas reservadas aos estados e municípios e é regido por lei orgânica, sendo vedada sua divisão em municípios. Brasília é a capital federal. Em número de 26, os estados constituem as unidades de maior hierarquia dentro da organização político-administrativa do País; são sub-divididos em municípios e podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos estados ou territórios federais. Organizam-se e regem-se pelas constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal. A localidade que abriga a sede do governo denomina-se Capital.

**Divisão regional:** As divisões regionais, em seus diferentes níveis, têm a finalidade básica de subsidiar o levantamento e a divulgação de dados estatísticos. A atual divisão regional baseia-se nas características do quadro natural e de homogeneidade da produção, privilegiando o nível macrorregional. É constituída por cinco Grandes Regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O conjunto das grandes regiões, adotado em 1969, está vigente até hoje. Suas alterações decorrem de mudanças no quadro político-administrativo do País com a criação do Estado do Mato Grosso do Sul, incorporado à Região Centro-Oeste e do Estado do Tocantins, incorporado à Região Norte.

Desde 1960 vem sendo utilizada a técnica de amostragem na coleta do Censo Demográfico do Brasil. O desenho amostral adotado compreende a seleção sistemática e com equi-probabilidade, dentro de cada setor censitário, de uma amostra dos domicílios particulares e das famílias ou componentes de grupos conviventes recenseados em domicílios coletivos, com fração amostral constante para setores de um mesmo município. Para a realização do Censo Demográfico de 2000, da mesma forma que no Censo de 1991, foram definidas duas frações amostrais distintas: 10% para os municípios com população estimada superior a 15.000 habitantes e 20% para os demais municípios.

Na coleta das informações dos Censos Demográficos, são usados dois modelos de questionário: (a) um questionário básico aplicado nas unidades não selecionadas para a amostra e contendo perguntas referentes às características que foram investigadas para 100% da população; (b) um segundo questionário aplicado somente nos domicílios selecionados para a amostra contendo, além das perguntas que também constam do questionário básico, outras perguntas mais detalhadas sobre características do domicílio e de seus moradores, referentes aos temas religião, cor ou raça, deficiência, migração, escolaridade, fecundidade, nupcialidade, trabalho e rendimento.

Para expansão dos dados coletados pelos questionários da amostra do foram calculados pesos para cada um dos domicílios pesquisados, sendo tais pesos atribuídos ao próprio domicílio e a cada um de seus moradores. As estimações de totais para domínios de interesse, como, por exemplo, as células de uma tabela, devem ser feitas utilizando-se, para cada unidade (pessoa, família ou domicílio), o peso correspondente, que foi determinado para cada unidade domiciliar da amostra e atribuído a cada pessoa dessa unidade. Assim, para estimar o total de uma característica  $Y$  utiliza-se o estimador  $\hat{Y}$ ,

$$\hat{Y} = \sum_{i=1}^n p_i y_i$$

definido por:  $p_i$  é o peso associado à  $i$ -ésima unidade da amostra no domínio em questão;  $y_i$  é o valor de  $Y$  associado à  $i$ -ésima unidade da amostra no domínio;  $n$  é o número de unidades na amostra do domínio em questão. Dessa forma, é possível calcular estimativas para quaisquer variáveis investigadas no Censo, independente de serem de pessoas, famílias ou domicílios.

Para obter consistência com as tabelas de divulgação do Censo, é necessário que as estimativas sejam calculadas em cada célula básica da tabela e as linhas e colunas de totais e subtotais sejam obtidas por soma das estimativas básicas correspondentes, após terem sido arredondadas. Uma conseqüência desse procedimento é que os totais de uma mesma característica podem diferir ligeiramente de uma tabela para outra, em função do arredondamento das parcelas em cada tabela. Da mesma forma, as estimativas para o Brasil podem diferir dos valores obtidos pela soma das estimativas correspondentes por unidade da federação.

### CONCEITOS (FONTE: IBGE)

**DOMICÍLIO:** Conceituou-se como domicílio o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas. Classificaram-se os domicílios como **particulares** quando destinados a habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento fosse ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. Como **coletivos** foram classificados os domicílios destinados à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalecesse o cumprimento de normas administrativas.

**POPULAÇÃO RESIDENTE:** A população residente foi composta pelos moradores presentes e ausentes, ou seja, pelas pessoas que tinham a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estavam presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data. Excluíram-se da pesquisa as pessoas residentes em embaixadas, consulados e legações e, também, as pessoas institucionalizadas residentes em domicílios coletivos de estabelecimentos institucionais, tais como: os militares em caserna ou dependências de instalações militares; os presos em penitenciárias; os internos em escolas, orfanatos, asilos, hospitais etc.; e os religiosos em conventos, mosteiros etc.

**SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO:** A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico de 2000. Como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

**ESPÉCIE DO DOMICÍLIO:** Os domicílios particulares foram classificados, segundo a espécie, da seguinte forma: (a) **Permanente** – Para o domicílio localizado em casa, apartamento ou cômodo e destinado à moradia; ou (b) **Improvizado** – Para o domicílio localizado em unidade que não tivesse dependência destinada exclusivamente à moradia, tais como: loja, sala comercial etc. Assim também foi considerado o prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc., que estivesse servindo de moradia.

**TIPO DO DOMICÍLIO:** Os domicílios particulares permanentes foram classificados, quanto ao tipo, em: (a) **Casa** - Para o domicílio que: ocupasse totalmente um prédio, de um ou mais pavimentos, ou dois ou mais prédios, de um ou mais pavimentos, localizados no mesmo terreno; ou ocupasse parte de um prédio, de um pavimento, que não tivesse espaços comuns (tais como: vestíbulo, escada, corredor, portaria e outras dependências) para servir aos domicílios particulares permanentes ali existentes. Assim também foi considerado o domicílio situado em prédio de, no máximo, três pavimentos em que as demais unidades existentes não fossem domicílios particulares permanentes; (b) **Apartamento** - Para o domicílio situado em prédio de: um ou mais pavimentos, com mais de um domicílio particular permanente, servidos por espaços comuns (vestíbulo, escada, corredor, portaria e outras dependências); dois ou mais pavimentos, com mais de um domicílio particular permanente, e com entradas independentes para os andares; ou três ou mais pavimentos, em que as demais unidades fossem não-residenciais; ou (c) **Cômodo** - Para o domicílio que ocupasse um ou mais cômodos de uma casa de cômodos, cortiço, cabeça-de-porco etc.

**CÔMODO:** Considerou-se como cômodo todo compartimento, coberto por um teto e limitado por paredes, que fosse parte integrante do domicílio particular permanente, com exceção de corredor, alpendre, varanda aberta, garagem, depósito e outros compartimentos utilizados para fins não-residenciais.

**DORMITÓRIO:** Considerou-se como dormitório o cômodo que estivesse, em caráter permanente, sendo utilizado para esta finalidade por morador do domicílio particular permanente.

**ABASTECIMENTO DE ÁGUA:** Investigou-se a existência de água canalizada nos domicílios particulares permanentes e a sua proveniência. Quanto à existência de água canalizada, os domicílios foram classificados em: (a) **Com canalização interna** - Para o domicílio que tivesse água canalizada para, pelo menos, um cômodo; ou (b) **Sem canalização interna** - Para o domicílio que não tivesse água canalizada para nenhum cômodo.

A proveniência da água utilizada nos domicílios foi classificada em: (a) **Rede geral** - Quando o domicílio fosse servido por água proveniente de uma rede geral de distribuição, com canalização interna ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situava; (b) **Poço ou nascente** - Quando o domicílio fosse servido por água, com canalização interna, proveniente de poço ou nascente ou, sem canalização interna,

proveniente de poço ou nascente localizado no terreno ou na propriedade em que se situava; ou (c) **Outra proveniência** - Quando o domicílio fosse servido por água proveniente de reservatório abastecido por carro-pipa, coleta de chuva ou outra procedência que não se enquadrasse nas anteriormente descritas.

**BANHEIRO OU SANITÁRIO:** Investigou-se a **existência** de banheiro ou sanitário, para uso dos moradores, no domicílio particular permanente ou no terreno ou na propriedade em que estava situado. Pesquisou-se, também, se o banheiro ou sanitário era de **uso exclusivo** ou **comum** dos moradores de mais de um domicílio particular permanente. Considerou-se como **banheiro** o cômodo destinado a banho e que também dispusesse de vaso sanitário ou buraco para dejeções. Considerou-se como **sanitário** o cômodo ou o local limitado por paredes de qualquer material, coberto, ou não, por um teto e que dispusesse de vaso sanitário ou buraco para dejeções. Investigou-se, ainda, o **número** de banheiros ou sanitários de uso exclusivo dos moradores em domicílios particulares permanentes.

**ESGOTAMENTO SANITÁRIO:** O escoadouro do banheiro ou sanitário de uso dos moradores dos domicílios particulares permanentes foi classificado, quanto ao tipo, em: (a) **Rede coletora de esgoto ou pluvial** - Quando a canalização das águas servidas e dos dejetos estivesse ligada a um sistema de coleta que os conduzisse para um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada; (b) **Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial** - Quando as águas servidas e os dejetos fossem esgotados para uma fossa, onde passavam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município; (c) **Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial** - Quando as águas servidas e os dejetos fossem esgotados para uma fossa, onde passavam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno; (d) **Fossa rudimentar** - Quando os dejetos fossem esgotados para uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco etc.); (e) **Vala** - Quando os dejetos fossem esgotados diretamente para uma vala a céu aberto; (f) **Direto para rio, lago ou mar** - Quando os dejetos fossem esgotados diretamente para rio, lago ou mar; ou (g) **Outra forma** - Quando o escoadouro não se enquadrasse em quaisquer dos tipos descritos anteriormente.

**DESTINO DO LIXO:** O lixo proveniente dos domicílios particulares permanentes foi classificado de acordo com os seguintes destinos: (a) **Coletado diretamente** - Quando o lixo fosse coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atendia ao logradouro em que se situava o domicílio; (b) **Coletado indiretamente** - Quando o lixo fosse depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolhia; (c) **Queimado ou enterrado na propriedade** - Quando o lixo fosse queimado ou enterrado no terreno ou na propriedade em que se situava o domicílio; (d) **Jogado em terreno baldio ou logradouro** - Quando o lixo fosse jogado, queimado ou enterrado em terreno baldio ou logradouro; (e) **Jogado em rio, lago ou mar** - Quando o lixo fosse jogado nas águas ou nas margens de rio, lago ou mar; ou (f) **Outro destino** - Quando o lixo tivesse outro destino que não se enquadrasse nos anteriormente descritos.

**FORMA DE ILUMINAÇÃO:** A forma de iluminação utilizada no domicílio particular permanente foi classificada em: (a) **Elétrica** - Quando o domicílio tivesse iluminação elétrica proveniente de rede geral, gerador, conversor de energia solar etc.; (b) **Óleo, querosene ou gás de botijão** - Quando o domicílio fosse iluminado por lâmpada a óleo,

querosene ou gás liquefeito de petróleo; ou (c) **Outra forma** - Quando a iluminação do domicílio não se enquadrasse nas formas descritas anteriormente ou inexistisse.

**TELEFONE:** Nos domicílios particulares permanentes investigou-se a existência de linha telefônica fixa (**telefone fixo convencional**) instalada, mesmo que fosse partilhada com outra unidade, domiciliar ou não-residencial, de ramal de uma central telefônica comunitária etc.. Pesquisou-se, também, a partir de 2001, se algum morador do domicílio particular permanente tinha linha telefônica móvel (**telefone móvel celular**).

**FOGÃO:** Pesquisou-se, nos domicílios particulares permanentes, a existência de fogão de duas ou mais bocas, ainda que fosse construído de alvenaria ou portátil. Para os que não tivessem este tipo de fogão, investigou-se a existência de fogão de uma boca, ainda que fosse de alvenaria ou portátil. Para os domicílios em que havia fogão foi pesquisado o **tipo de combustível** nele utilizado: gás de botijão (gás liquefeito de petróleo), gás canalizado, lenha, carvão, energia elétrica ou outro combustível.

**FILTRO DE ÁGUA:** Investigou-se a existência de filtro de água ou de aparelho para filtrar ou purificar a água, nos domicílios particulares permanentes.

**RÁDIO:** Nos domicílios particulares permanentes pesquisou-se a existência de rádio, mesmo que fizesse parte de conjunto que acoplasse outros aparelhos, tais como: rádio-gravador, rádio toca-fitas etc.

**TELEVISÃO:** Nos domicílios particulares permanentes pesquisou-se a existência de televisão em cores e, para os que não tinham este tipo de aparelho, investigou-se a existência de televisão em preto e branco.

**GELADEIRA:** Nos domicílios particulares permanentes pesquisou-se a existência de geladeira de duas portas (ou seja, o aparelho que acopla dois compartimentos independentes, sendo um de refrigeração e o outro de congelamento de alimentos) e para os que não tivessem este tipo de aparelho, investigou-se a existência de geladeira de uma porta.

**FREEZER:** Nos domicílios particulares permanentes pesquisou-se a existência de freezer.

**MÁQUINA DE LAVAR ROUPA:** Nos domicílios particulares permanentes pesquisou-se a existência de máquina de lavar roupa (aparelho que desenvolve, de forma automática, todas as etapas da lavagem de roupa, desde a entrada de água na máquina, passando pelos processos de agitação e enxágüe, até o de centrifugação).

**MICROCOMPUTADOR:** Nos domicílios particulares permanentes pesquisou-se a existência de microcomputador, inclusive portátil, desde 2001.

**ACESSO À INTERNET:** Nos domicílios particulares permanentes em que havia microcomputador foi pesquisado, desde 2001, se era utilizado para acessar à internet.

**RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR:** Considerou-se como rendimento mensal familiar a soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, exclusive os das pessoas cuja condição na família fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Considera-se como trabalho em atividade econômica o exercício de: a) Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; b) Ocupação remunerada em dinheiro ou

benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico; c) Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos quinze horas na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário.

A partir da PNAD de 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente. O instrumento de coleta das informações da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados comparáveis com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

Definiu-se como procura de trabalho a tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho, ou seja, o contato estabelecido com empregadores; a prestação de concurso; a inscrição em concurso; a consulta a agência de emprego, sindicato ou órgão similar; a resposta a anúncio de emprego; a solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou por meio de anúncio; a tomada de medida para iniciar negócio; etc.

O período de referência especificado para a PNAD e para o Censo Demográfico de 2000 é a semana de referência, e para os Censos Demográficos de 1980 e 1991 é o ano de referência.

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de atividade no período de referência especificado, em economicamente ativas e não economicamente ativas. As pessoas economicamente ativas no período de referência especificado compuseram-se das pessoas ocupadas e desempregadas nesse período. Foram definidas como não economicamente ativas no período de referência especificado as pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem desempregadas nesse período. As pessoas foram classificadas, quanto à condição de ocupação no período de referência especificado, em ocupadas e desempregadas. Foram classificadas como ocupadas no período de referência especificado as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve etc. Foram classificadas como desempregadas as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura trabalho no período de referência especificado (semana de referência).

Considerou-se como principal do período de referência o único trabalho que a pessoa teve nesse período. Para a pessoa que teve mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotaram-se os seguintes critérios, obedecendo a ordem enumerada, para definir o principal desse período: 1<sup>o</sup>) O trabalho da semana de referência no qual teve mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias foi considerado como principal; 2<sup>o</sup>) Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considerou-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais. Este mesmo critério foi adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, teve somente trabalhos não remunerados e que apresentaram o mesmo tempo

de permanência no período de referência de 365 dias; e 3<sup>o</sup>) Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considerou-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporcionava maior rendimento.

Definiu-se ocupação como sendo o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa. A partir de 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO-Domiciliar e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD. Estas classificações foram compatibilizadas com as classificações usadas anteriormente.

A classificação da atividade do empreendimento foi obtida por meio da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida. As atividades foram classificadas utilizando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para as pesquisas domiciliares. Foi feita a compatibilização com os códigos usados nas PNADs das décadas de 1980 e 1990.

Para a apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considerou-se o que vigorava no mês de referência, que foi setembro.

Considerou-se como rendimento mensal de trabalho: (a) Para os empregados e trabalhadores domésticos - A remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de referência. Entende-se por remuneração bruta o pagamento sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas etc., e não incluindo o décimo terceiro salário (décimo quarto, décimo quinto etc.) e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados. A parcela recebida em benefícios (moradia, alimentação, roupas, vales refeição, alimentação ou transporte etc.) não foi incluída no cômputo do rendimento de trabalho; (b) Para os empregadores e conta própria - A retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de referência. Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que explorava um empreendimento como conta própria ou empregadora. Para a pessoa licenciada por instituto de previdência investigou-se o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio doença; auxílio por acidente de trabalho etc.) no mês de referência. Pesquisou-se o rendimento em dinheiro e o valor, real ou estimado, dos produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência, não sendo investigado o valor da produção para consumo próprio. Os empregados e trabalhadores domésticos que recebiam apenas alimentação, roupas, medicamentos etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho, foram incluídos no grupo “sem rendimento de trabalho”.

Considerou-se como rendimento mensal de outras fontes: (a) O rendimento mensal, em setembro de 2003, normalmente recebido de jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de

participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência, governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais etc.; doação ou mesada proveniente de pessoa não-moradora na unidade domiciliar; programa oficial de auxílio educacional (como o bolsa-escola) ou social (renda mínima e outros); e (b) O rendimento médio mensal, em setembro de 2003, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc.

A soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes constituiu o rendimento mensal.

Foi pesquisado se as pessoas contribuíam para instituto de previdência, **federal**, **estadual**, ou **municipal**, no trabalho principal, no secundário e em pelo menos um dos demais trabalhos que tivessem na semana de referência.

Classificou-se como aposentada a pessoa que, na semana de referência, era jubilada, reformada ou aposentada pelo Plano de Seguridade Social da União ou por instituto de previdência social federal (INSS), estadual ou municipal, inclusive FUNRURAL.

Classificou-se como pensionista a pessoa que, na semana de referência, recebia pensão das Forças Armadas, do Plano de Seguridade Social da União ou de instituto de previdência social federal (INSS), estadual ou municipal, inclusive FUNRURAL, deixada por pessoa da qual era beneficiária.

## **LIMITAÇÕES, LACUNAS E RECOMENDAÇÕES**

Apesar do volume e da abrangência dos indicadores que compõe o *ATLAS RACIAL BRASILEIRO*, há uma série de limitações que impedem a construção de novos indicadores e a ampliação dos temas cobertos aqui. A seguir, encontra-se uma lista preliminar, para cada base de dados, de recomendações com base nos limites e nas lacunas encontradas ao longo do estudo, as quais, se sanadas, certamente contribuirão para o melhor entendimento das desigualdades raciais no Brasil.

### **Censo Demográfico**

#### **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**

- ❖ Atualmente, o quesito cor faz parte do corpo básico da PNAD.
  - No que tange à viabilização de estudos sobre relações e desigualdades raciais, não há nenhuma recomendação com relação a essa base de dados.
- ❖ Os eventuais problemas de comparabilidade ao longo do tempo se devem a mudanças metodológicas sofridas pela PNAD em alguns anos e em alguns quesitos.
  - O quesito cor não sofreu nenhuma mudança desde 1982.

#### **Pesquisa de Saúde Familiar no Nordeste do Brasil (PSFNe), 1991 e Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), 1996**

- ❖ Em 1991, a cor/raça da entrevistada é atribuída pela entrevistadora. Em 1996, além desta, há também a auto-declaração de cor, critério utilizado nas pesquisas do IBGE.
- ❖ A grande limitação dos indicadores criados a partir das duas pesquisas é a falta de informações mais recentes.
  - Haveria uma pesquisa similar em 2001, a cargo do Ministério da Saúde, mas a mesma não foi a campo.
  - Somente uma pesquisa da natureza destas duas é capaz de oferecer um quadro mais detalhado da saúde reprodutiva e sexual da população brasileira em idade reprodutiva.

### **Estatísticas vitais**

- ❖ Os dados sobre raça/cor nas estatísticas vitais, sobretudo nos registros de nascimento e de morte, são ruins, em boa medida devido ao mau preenchimento das declarações.
  - É fundamental que todos os quesitos das declarações de nascido vivo e de óbito sejam preenchidos, incluindo aí o quesito cor.

### **Registros administrativos**

- ❖ Sempre que possível, os registros administrativos deveriam conter o quesito cor.
- ❖ Os indicadores que teriam como base os dados do *datasus*, por exemplo, não puderam ser incorporados ao ARB devido à grande proporção de não preenchimento das informações sobre raça/cor.